

Projeto Pedagógico – Licença Capacitação

A Facultatem, Plataforma de Ensino a Distância, sociedade empresária limitada 99AULAS Desenvolvimento de Softwares LTDA., CNPJ sob o nº 26.295.012/0001-84, é uma plataforma de Cursos *on-line*, na modalidade de Ensino a distância.

1. Justificativa

A FACULTATEM, Plataforma de Ensino a Distância, surgiu a partir da percepção da necessidade de proporcionar um ensino a distância de qualidade, aliando a facilidade de estudar através de um ambiente *on-line*, a qualquer hora do dia ou da noite. O aluno poderá realizar a capacitação de acordo com o tempo que tiver disponível, respeitando seu ritmo individual de aprendizagem.

2. Objetivos

Acreditamos que o ensino a distância possui cada vez maior relevância no cenário educacional. A capacitação pela internet já se consolidou como opção principal para aqueles que querem buscar aperfeiçoamento profissional de qualidade, aliado à praticidade de estudar quando e onde quiser.

A FACULTATEM objetiva fornecer uma capacitação formal de qualidade aos servidores públicos, visando prepará-lo para melhor exercer suas atividades. Nosso objetivo é aliar a praticidade do ensino a distância à interação e reflexão, para que não se tornem apenas um conjunto de conteúdos, ofertados em ambiente virtual.

3. Público-alvo

Servidores públicos das esferas federal, estadual ou municipal interessados em capacitar-se profissionalmente.

4. Carga Horária

A carga horária irá variar de acordo com o curso escolhido pelo aluno no momento da inscrição, podendo ser de 15, 30, 60 ou 90 dias. O aluno também deverá indicar a data que iniciará o curso e poderá inscrever-se a qualquer momento.

5. Metodologia

O processo de aprendizagem a distância ocorre por meio de aulas *on-line* e interatividade do aluno com o ambiente virtual. O aluno poderá acompanhar o curso pelo seu

computador, no dia, hora e local que lhe forem mais convenientes, desde que dentro do período do seu curso. Os cursos disponibilizados levam os alunos a uma participação ativa através das videoaulas, material de apoio e fóruns. Os cursos são desenvolvidos em ambiente online, sendo as aulas, fóruns, material de apoio e avaliação, disponibilizados em nosso site.

6. Acompanhamento e tutoria

O desenvolvimento e aproveitamento do aluno é acompanhado pelo instrutor de cada curso, que detém o conhecimento e a didática para dar o melhor suporte ao aluno. Ele atua como tutor, indicando atividades, avaliando a participação nos fóruns e respondendo as dúvidas dos alunos. O tutor pode propor atividades através do fórum da plataforma, através do e-mail dos alunos ou durante as aulas do curso.

7. Como o site funciona

As Inscrições podem ser feitas a todo momento e o aluno realiza as atividades de acordo com sua disponibilidade de horário, respeitando o ritmo individual de aprendizagem e o tempo mínimo e máximo para realização do curso. Para iniciar, desenvolver e concluir um curso junto à FACULTATEM o aluno precisa ter acesso a um computador e à Internet banda larga.

8. Sistemas de avaliação

A avaliação se dá através de uma prova de múltipla escolha, realizada após a visualização das aulas e leitura do material didático, e através da avaliação pelo instrutor do curso, da participação nos fóruns de discussão.

9. Certificação

Ao término do curso, o aluno receberá um certificado eletrônico, desde que tenha um aproveitamento acima de 70% nas avaliações e transcorrido o tempo mínimo de acordo com o programado no momento da inscrição: 15, 30, 60 ou 90 dias.

Todos os cursos de capacitação contam com ferramenta de avaliação que é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

Curso: Atualização em Legislação de Trânsito – Aspectos Práticos de Fiscalização

Carga horária: 400 horas

Recursos: videoaulas, material didático em PDF para download, exercícios, fóruns e avaliação final.

Objetivo: Oferecer aos Policiais Rodoviários Federais curso referência em legislação de trânsito, focado em aspectos práticos de fiscalização pertinentes com a atuação institucional da PRF, visando excelência técnica dos policiais nos procedimentos de atuação.

Público-alvo: Policiais Rodoviários Federais

Justificativa: O Plano Nacional de Redução de Mortos e Feridos no Trânsito, em consonância com o acordado para a Década de Ação para a Segurança Viária prevê, em seu primeiro pilar de atuação, a gestão da segurança viária, que comporta o aprimoramento da qualificação dos agentes públicos dentre as suas iniciativas (15) e se desdobra na Ação 153: Disponibilizar plataformas EAD e promover cursos na área de trânsito, de mobilidade e de segurança viária, voltados para agentes públicos.

A atividade do policial rodoviário federal divide-se, de uma forma geral, entre atuação criminal, na prevenção e repressão a crimes; e atuação de polícia administrativa, mormente no exercício da fiscalização de trânsito, integrando pilar essencial na busca pela preservação da vida no trânsito. A fiscalização é, inclusive, reconhecida internacionalmente como ação fundamental para a prevenção de acidentes de trânsito (Road traffic injury prevention: training manual , OMS, 2006)

Para que tal função seja desempenhada com o máximo de perfeição, é imperativo que o policial esteja em permanente atualização profissional, preferencialmente, dedicando períodos selecionados do seu tempo para desenvolver capacitação específica sobre o tema.

Para isso, o curso iniciará tratando das alterações legislativas que ocorreram na Lei nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro desde o ano de 2016 e tiveram influência sobre infrações de trânsito, dando enfoque maior às alterações promovidas pelo Projeto de Lei nº 3.267/2019, responsável pela segunda maior atualização do Código, visando inserir o policial no contexto normativo atualizado de estudos.

Após, será estudada a forma ideal de preenchimento do auto de infração de trânsito, partindo do espectro geral no que se refere às boas práticas de preenchimento até normativas mais específicas consideradas individualmente para cada tipo de atuação,

com base nas mais recentes orientações legais, doutrinárias e também jurisprudenciais, articulando o conteúdo com as orientações trazidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal para o preenchimento dos autos.

Como objeto central do curso, serão analisadas as principais infrações com que o policial tem contato no dia a dia da fiscalização, bem como os tipos de AITs comumente contestados perante a Justiça Federal (constitucionalmente competente para processar e julgar os atos administrativos federais, dentre os quais se incluem os AITs), para, partindo-se já de uma compreensão avançada sobre o tema, inspecionar suas formas de constatação, especificidades no preenchimento e demais peculiaridades sobre cada tipo infracional.

Por fim, o policial terá oportunidade de avaliar casos reais de autos de infração que foram anulados judicialmente em razão de equívocos evitáveis no seu preenchimento, concretizando, assim, a abordagem teórica prévia em exemplos práticos trazidos da jurisprudência federal de todos os estados do país.

Desta forma, o curso se revela essencial para a capacitação do policial rodoviário federal, na medida que o coloca a par das recentes atualizações legislativas e dos cuidados a serem observados quando da lavratura dos autos de infração de trânsito. Articulando leis [lato sensu], doutrina e jurisprudência, o policial estará capacitado não só a criticar os procedimentos adotados mas também a lavrar AITs com excelência, o que, de forma específica reduz a chance de anulação do ato administrativo; sob uma ótica mais ampla, preenche os princípios da legalidade, finalidade, motivação e efetividade, maximizando os direitos fundamentais dos administrados, e. g. contraditório, ampla defesa e devido processo; e, por fim, de um ponto de vista macro, contribui para o adequado processamento das infrações no que se refere ao eixo sancionatório, pilar fundamental previsto tanto pelo PNATRANs quanto pela Organização Mundial da Saúde para a promoção da segurança viária e preservação de vidas no trânsito.

Fica claro então que o presente curso se enquadra perfeitamente no novo **Plano de Desenvolvimento de Pessoas** da Polícia Rodoviária Federal, em seu item 11 que regulamenta os afastamentos para licença capacitação do servidor. Os itens e) fiscalização especializada, e j) segurança viária e perícia, estão contemplados no conteúdo do curso, mais detalhadamente nas áreas de conhecimento 16 – Fiscalização de Trânsito e 28 – Peso e Dimensões.

Competência: Aperfeiçoar a lavratura dos autos de infração de trânsito, preenchendo de forma tecnicamente impecável, e lastreada na justiça, profissionalismo e excelência.

Professora: Morgana Garibaldi Diefenthaler

Conteúdo Programático:

MÓDULO I - Atualizações Legislativas Pertinentes à Competência da Polícia Rodoviária Federal - 65hs/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
- Conhecer as normas que alteraram o CTB; - Identificar as mudanças legais relacionadas às infrações de trânsito	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	UNIDADE I - Atualizações Legislativas pertinentes às infrações e à fiscalização 1. REFORMA DO CTB - PARTE 1 - Lei nº 13.281/2016 - Lei nº 13.290/2016 - Lei nº 13.546/2017 - Lei nº 13.855/2019 2. REFORMA DO CTB - PARTE 2 - Lei nº 14.071/2020 - MPV nº 1.050/2021
	Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS - Prova final objetiva - Estudo de caso prático

MÓDULO II- Atualizações dos Resoluções do CONTRAN Pertinentes à competência da Polícia Rodoviária Federal - 65hs/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
Compreender a interação entre as leis e as normas infralegais editadas pelo CONTRAN e pelo DENATRAN	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas	UNIDADE II - Atualizações do CONTRAN pertinentes às infrações e à fiscalização 1. Documentação do veículo e do condutor

	- Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	a. Res. 718/2017, 850/2021 b. Res. 809/2020 c. Res. 848/2021 2. Processo - Res. 723/2018, 844/2021 e 845/2021 3. Sistema de Placas MERCOSUL - Res. 780/2019 4. Fiscalização de velocidade - Res. 798/2020, 809/2020 5. Sistema de Iluminação Veicular - Res. 667/2017 (efeitos a partir de 01/01/2021) 6. Fiscalização de Excesso de Peso - Res. 803/2020 7. Avaliação de danos - Res. 810/2020, 851/2021 8. Capacete - Res. 846/2021 9. Toxicológico - Res. 843/2021 10. Crianças - Res. 819/2021
	- Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático

MÓDULO III - Aspectos Práticos e Jurídicos do Processo Administrativo de Multa e de Suspensão do Direito de Dirigir para a Polícia Rodoviária Federal - 130hs/a

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
• Descrever as principais normas de direito administrativo • Relacionar o direito de trânsito com o direito administrativo • Integrar o trabalho de fiscalização de trânsito prático com o direito teórico • Reconhecer-se como agente efetivador de direitos fundamentais	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	UNIDADE III - Noções de Direito Constitucional e Direito Administrativo de Trânsito 1. Princípios constitucionais e legais da Administração Pública 2. Direitos dos administrados 3. Poder de Polícia Administrativa de Trânsito 4. Atos Administrativos 5. Processo Administrativo Geral 6. Avaliação parcial de conhecimentos - prova objetiva
• Identificar as fontes normativas do AIT • Avaliar e questionar os procedimentos atualmente adotados para preenchimento de AITs	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	UNIDADE IV - Auto de Infração de Trânsito 1. Fontes Normativas a. CTB b. CONTRAN c. DENATRAN 2. Aspectos jurisprudenciais a. STF b. STJ c. TRFs 3. Constatação da infração 4. Campos do AIT a. Informações obrigatórias b. Informações complementares 5. Avaliação parcial de conhecimentos - prova objetiva
		UNIDADE V - Processo Administrativo de

		Multa e de Suspensão do Direito de Dirigir 1. Início do processo 2. Processo de multa concomitante à suspensão do direito de dirigir 3. Julgamento de Consistência/Homologação do AIT 4. Notificação da Autuação 5. Defesa Prévia/Defesa da Autuação 6. Comissão de Análise de Defesa da Autuação 7. Identificação de Condutor Infrator 8. Notificação da Penalidade 9. Recurso de multa/SDD 10. JARI 11. Notificação de julgamento 12. Comissão Especial da JARI 13. Encerramento do processo
	- Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático

MÓDULO IV - Atualização em infrações básicas para a Polícia Rodoviária Federal - legislação aplicável e boas práticas no preenchimento do Auto de Infração - **140 hs/a**

Objetivos Específicos	Desenvolvimento e Recursos	Conteúdo
• Conhecer as peculiaridades das infrações mais comuns à PRF; • Comparar o procedimento ideal com o atualmente realizado por si; • Criticar as posições doutrinárias e jurisprudenciais	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas	UNIDADE VI - Atualização em infrações básicas para a Polícia Rodoviária Federal - legislação aplicável e boas práticas no preenchimento do Auto de Infração 1. Habilitação e licenciamento;

sobre ocorrência de infrações e observações complementares • Debater respostas para os conflitos entre leis e jurisprudências	- Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	2. Álcool e drogas; 3. Recusar-se a realizar os testes previstos no art. 277; 4. Corrida, eventos e manobras perigosas; 5. Ultrapassagens; 6. Velocidade; 7. Porte de documentos; 8. Iluminação do veículo; 9. Veículos de duas rodas; 10. Cronotacógrafo; 11. Transporte de Passageiros; 12. Transporte de Cargas; 13. Equipamentos obrigatórios; 14. Crianças; 15. Peso e dimensões de veículos; 16. MOPP
• Identificar equívocos na lavratura de AITs • Propor soluções que de adequação para os AITs selecionados • Discriminar as normas que incidem em cada AIT	- Ensino à distância - Videoaulas - Material Didático em PDF para acompanhamento das aulas - Leituras complementares sugeridas - Exercícios de fixação	UNIDADE VII - Estudos de Caso 1. AITs anulados por erro na constatação da infração 2. AITs anulados por erro de tipificação 3. AITs anulados por erro de preenchimento do campo observações 4. Outros erros
	- Avaliação à distância	AVALIAÇÃO FINAL DOS CONHECIMENTOS • Prova final objetiva • Estudo de caso prático